

Os intelectuais russos e a formulação de modernidades alternativas: um caso paradigmático?

Daniel Aarão Reis

Já de algum tempo tem sido comum, e aconselhável, iniciar conferências ou a apresentação de textos com uma tentativa de esclarecimento das razões do autor, premissas e propósitos, para que a avaliação crítica de leitores e ouvintes possa ganhar em amplitude e profundidade.

O interesse pelas modernidades alternativas enraíza-se em questões e dilemas propostos por desafios atuais. Presenciamos todos, desde os anos 70 do século passado – alguns caracterizam o processo desde os anos 60, e mesmo a partir dos anos 50 (cf. Cardoso, s.d.: 249-275) –, um processo de revolução científico-tecnológica, também chamado por muitos de globalização, que abriu, em escala mundial, um período de grande instabilidade, assinalado por profundas

Nota: Daniel Aarão Reis é professor titular de História Contemporânea e coordenador do Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 37, janeiro-junho de 2006, p. 7-28.

mutações, em todas as esferas das sociedades. Ciência e tecnologia, paradigmas científicos, estruturas sociais, referências culturais, tradições nacionais, padrões comportamentais, nada e ninguém tem escapado à ebulição e ao torvelinho que reatualizaram a famosa frase do *Manifesto comunista*: tudo o que é sólido desmancha no ar¹

Desestruturação, reestruturação, diversificação, subversão de valores e de identidades consagradas, este é o pão nosso de cada dia servido incessantemente em todas as latitudes do mundo habitado e conhecido (cf. Dreifuss, 1997; Negroponte, 2002; Stiglitz, 2002).

No plano da orientação mais geral do conjunto do processo, assiste-se ao triunfo dos valores liberais, redefinidos em relação às propostas clássicas e adaptados às novas circunstâncias, que se impuseram como hegemônicos e, em certos discursos, como únicos, no sentido exato de que a eles não haveria como propor alternativas.

Um autêntico renascimento, vigoroso e surpreendente. Considerando-se a história longa do liberalismo, depois do apogeu em meados do século XIX, a doutrina e as propostas práticas do credo liberal, desde então, ingressaram em fase declinante, o que se acentuaria a partir do período do entre-guerras, com o ascenso fulgurante dos corporativismos, dos fascismos e do socialismo soviético. Depois da Segunda Guerra Mundial, e apesar da força incontestável da potência estadunidense, e mesmo no interior das cidadelas do mundo anglo-saxão, a força combinada das propostas socialistas, do Estado de Bem-Estar Social e dos nacionalismos estatistas terceiro-mundistas parecia destinar o liberalismo, princípios e instituições, ao museu da história das idéias.²

Como se sabe, não foi isso o que aconteceu. Entretanto, apesar da força do chamado neoliberalismo, e de suas pretensões absolutistas, cresce em toda parte o questionamento ao credo dominante: na própria Europa, nos EUA, na Ásia, no mundo muçulmano, na África subsaariana e nas Américas ao sul do Rio Grande estruturaram-se movimentos que lutam por propostas alternativas.

Em questão: projetos, programas, hegemonias, o futuro em disputa. Essa é a problemática central que me interessa: o enfrentamento entre as propostas de modernidade liberal e de modernidades alternativas. A respeito desse embate, que já marca o mundo atual, e provavelmente continuará marcando-o nas próximas décadas, minhas simpatias vão sem meios-tons para as propostas alternativas à atual hegemonia. Trata-se, a meu ver, de avaliar sua trajetória, contradições, impasses, em uma palavra, suas chances históricas.

Um labirinto, sem dúvida. Como entrar nele com hipóteses esclarecedoras, que possam de alguma forma contribuir para o debate? Parto da premissa de que a revolução científico-tecnológica, e o processo de globalização em curso, constituem uma etapa a mais da modernidade,³ de radicalização da modernida-

de, uma aceleração ainda mais profunda, mas equivalente, nas novas circunstâncias históricas, às grandes revoluções do passado, impropriamente chamadas de *revoluções industriais*,⁴ termo, aliás, com o qual alguns tentaram caracterizar o processo atual tão logo começou a ser flagrado.

Se essa premissa é adequada, como supomos, ela nos remete à necessidade de compreensão da modernização do mundo em que vivemos.

O processo de modernização: uma revolução permanente

O processo de modernização inaugurou uma nova época na história da humanidade. Embora haja algo de reducionista e arbitrário no exercício de igualar a história pré-moderna sob o conceito de *Antigo Regime*, uniformizando-se realidades histórico-sociais profundamente díspares, o que, de certo modo, também alcança os conceitos de modernização e de moderno, tais conceitos, no nível alto de abstração que é o deles, nos parecem eficazes para caracterizar processos de grandes transformações, e de contrastes, que assinalam o progressivo desmantelamento de um mundo hierarquizado, estamental, comunitário, corporativo, vertebrado pela religião e estruturado pelos grandes impérios. O mundo dos antigos regimes, que dá lugar a um outro tipo de sociedade, em que tendem a predominar, gradativamente, o indivíduo, a razão individual, o sucesso individual, a propriedade e a riqueza privadas, os mercados auto-regulados (cf. Polanyi, 1980) e a generalização da forma mercadoria, a laicização e a correspondente dessacralização da vida política e cultural no âmbito de uma constelação de Estados nacionais, o mundo moderno. Um processo revolucionário, que se constituiu, desde o início, como uma *revolução permanente*.

As mutações na economia, a subversão das estruturas sociais, a urbanização do mundo, as transformações nos padrões culturais e comportamentais, a emergência e consolidação de um mercado mundial, cada vez mais dinamizado por empresas privadas gigantescas, as grandes revoluções políticas, desde o século XVI até fins do século XVIII, com impactos diferenciados, mas cruciais – Províncias Unidas de Holanda, Inglaterra, Estados Unidos da América do Norte, França (cf. Park, 2000) –, a velocidade crescente dos transportes e das comunicações, cujos avanços são, em cada momento, considerados vertiginosos e enlouquecedores, e que vão apequenando o mundo até transformá-lo numa *aldeia global*, todos estes aspectos, gerando crises permanentes de identidade, fases contínuas de desestruturação e reestruturação, constituem a modernidade, como se a humanidade, na conhecida metáfora, houvesse liberado um gênio que não conseguisse mais controlar.

Todos os homens nascem livres, iguais, e têm o direito de lutar por sua felicidade. Embora há muito tenham se tornado banais a frase, a cláusula e o artigo das Declarações de Direitos considerados universais, apesar de formalmente marcados ainda pela supremacia masculina, eles sintetizaram bem a profundidade e o alcance dos novos horizontes que passaram a se descortinar. Tornaram-se um programa, uma bandeira de mudanças subversivas. Porque, até então, os seres humanos não nasciam livres; antes, ao contrário, nasciam presos a estatutos bem delineados e delimitados. Não nasciam iguais; ao contrário, era universal a crença de que eram desiguais, profunda e felizmente desiguais (assim se imaginava). Finalmente, não tinham direito a lutar por nenhuma felicidade, antes de mais nada porque se ignorava o conceito em escala individual e privada.

Mudaria o mundo, e para isso contribuiriam em grande medida os valores que o célebre enunciado acima referido consagraria – os valores liberais, propulsionados e consolidados pelas grandes revoluções que sintetizariam aspirações e movimentos de grande relevância histórica.

O liberalismo político: as liberdades civis e as liberdades políticas, as assembleias representativas baseadas no Censo, consagrando desigualdades econômicas. O liberalismo econômico: o interesse individual, a propriedade privada, a livre iniciativa e a concorrência livre, a *mão invisível* do mercado livre, baseado na livre troca, harmonizando as vontades individuais aparentemente caóticas, a liberdade de contratar, o respeito pelos contratos, o Estado mínimo, apenas atuando como força capaz de garantir a execução dos contratos firmados. Tal o credo que legitimou o desmoronamento das redes tradicionais de acolhimento e proteção, as identidades laboriosamente construídas através dos séculos, as tradições e as hierarquias nelas baseadas, consagradas pelas instituições e doutrinas religiosas.

Destacaram-se na construção e consolidação desses programas a Holanda moderna, a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, não gratuitamente sedes e centros das grandes revoluções já mencionadas. O liberalismo foi uma abertura de horizontes, de promessas de liberdade, com ambições universais. Hoje, o que significa o neoliberalismo senão a reatualização, o *aggionamento* dessas bandeiras e desses valores?

*As contradições e impasses da modernidade liberal:
a formulação de modernidades alternativas no interior das sociedades
capitalistas avançadas*

Cedo, no entanto, e acompanhando a disseminação e o triunfo dos valores liberais, surgiriam sua crítica e seu questionamento. Desde o século XIX, e

mesmo antes, para muitos segmentos e movimentos sociais, e pensadores, o credo liberal começaria a se decantar, alcançado em suas insuficiências e lacunas. Era de fato imenso o contraste entre promessas e resultados, entre esperanças e realidades que se constituíam. A livre concorrência cedia lugar à monopolização, com sua dinâmica própria, tolhendo a liberdade dos agentes econômicos, correndo o mito de uma lógica interna de harmonização de interesses. O Estado, suposto árbitro entre livres contratantes, através dos códigos legais e da atividade prática, aparecia sistematicamente como protetor de um dos lados, o dos ricos e dos poderosos. As assembleias representativas não representavam as populações a não ser muito imperfeitamente, até porque os critérios que as regiam excluía todos, menos os segmentos sociais mais privilegiados.

Assim, o credo liberal com suas promessas universalistas consagrava e aprofundava desigualdades sociais e políticas de fato, substituindo, como passaram a denunciar os críticos da época, a aristocracia do sangue pela do dinheiro.⁵ Tornava-se notória a incapacidade de incorporação social da modernidade liberal. No quadro das revoluções industriais e do processo acelerado e caótico de urbanização, avolumavam-se as massas de famintos e miseráveis, constituindo demandas e bases sociais para o surgimento de alternativas democráticas, anarquistas e socialistas.⁶

Essas alternativas não podiam ser consideradas *arcaizantes*, embora muitos tentassem assim configurá-las, para melhor combatê-las.⁷ Ao contrário: olhavam para o futuro, mas com outras concepções a respeito da modernização. Nesse processo se formaram nos centros capitalistas mais avançados da época, na Europa Ocidental e nos EUA, importantes movimentos e partidos políticos que formulavam propostas que iriam mobilizar e organizar consciências. Mesmo não vitoriosas, contribuíram, pela pressão e pela persuasão, para reconfigurar a modernidade liberal.

Já desde antes da Primeira Grande Guerra, no âmbito de um conjunto de Estados Nacionais, forjou-se um processo histórico de desenvolvimento capitalista assumindo padrões distintos da ortodoxia liberal. A Alemanha foi um caso clássico, mas o paradigma de aliança entre o Estado e os movimentos de trabalhadores, almejando a constituição de redes de proteção social e de mecanismos estatais de regulação do mercado, iria caracterizar outros programas em diversas latitudes (cf. Droz, 1974: 21-72).

Na contracorrente das propostas liberais, redefinindo-as, o proletariado industrial, antes desvalido, marginalizado e excluído, tornava-se cidadão, na definição de E. Bernstein que se tornou clássica,⁸ exprimindo mudanças e novas tendências. Mais tarde, a partir dos anos 20, e ao longo das décadas seguintes, se consolidariam os parâmetros do chamado Estado de Bem-Estar Social na Europa do Norte e na Escandinávia. O mesmo ocorreria na própria Inglaterra, berço

esplêndido do liberalismo, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. O capitalismo liberal redefinido, reguado, ressurgia como o liberalismo *realmente existente*.

As modernidades alternativas no mundo extra-europeu

A percepção otimista da expansão internacional do capitalismo, não raro associada à disseminação da *civilização*, chegaria a ser, em certo momento, compartilhada até mesmo pelos críticos mais radicais.⁹ Entretanto, cedo entrou em contradição com a tragédia dos resultados concretos: desorganização econômica, desindustrialização,¹⁰ miséria e fome, desestruturação cultural.

No mundo vasto da Ásia, da África, das Américas ao sul do Rio Grande e mesmo nas partes orientais da própria Europa, a derrota e, às vezes, a destruição das elites tradicionais, *arcaizantes*, no âmbito das chamadas resistências *primárias*¹¹ iriam dar lugar a processos de desestruturação, conduzindo não raro a fenômenos de regressão e/ou de reprodução do atraso em meio a ilhas de prosperidade. A combinação articulada do progresso e do retrocesso, dos avanços e dos atrasos, consagravam padrões que distanciavam, em vez de aproximar, as mal chamadas *periferias* dos *centros* capitalistas hegemônicos, que se tornavam, e pareciam, cada vez mais inalcançáveis.¹²

Percebendo esses abismos, antecipando-se, às vezes, a processos de ruptura considerados catastróficos, em muitas partes estruturaram-se propostas alternativas de modernidade.¹³ Na Rússia do século XIX, em particular, e mais tarde na União Soviética, constituíram-se nesse sentido projetos de grande amplitude e relevância histórica. Um caso paradigmático, como tentaremos demonstrar a seguir.

As modernidades alternativas na Rússia: o papel dos intelectuais

Ao longo do século XX, é indiscutível que as revoluções russas e o socialismo soviético constituíram paradigmas incontornáveis de construção de modernidades alternativas em relação ao liberalismo *realmente existente*.

Para as lutas e movimentos de libertação nacional na Ásia e na África, para os movimentos que pressionaram, muitas vezes com êxito, pelas independências dos respectivos países nessas mesmas áreas, para toda sorte de experiências envolvidas com a perspectiva de conquista de maiores margens de autonomia no contexto do mercado mundial no mal chamado terceiro mundo, sem falar nas fronteiras do mundo socialista, enquanto permaneceu unificado, até os

anos 60 do século XX e mesmo depois, a União Soviética foi modelo e/ou inspiração, referência e/ou respaldo, apoio e estímulo.

Estado centralizado, ditadura política, partido único, sindicatos e organizações sociais vigiadas e controladas pelo Estado e/ou pelo partido, planejamento central, regulação ou anulação dos mecanismos de mercado, estatização de setores estratégicos da economia, políticas de atenuação das desigualdades sociais, evitando-as ou mantendo-as sob controle, domínio estrito da educação e da cultura, todos esses aspectos, que já faziam parte, esboçados, de uma determinada cultura política alternativa ao liberalismo estruturada na Europa, ao se concretizarem na experiência soviética tornaram-se parâmetros de organização política e social. Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, mesmo os inimigos admiravam e estudavam essas referências, e procuravam, respeitando as circunstâncias específicas, inspirar-se nelas.

Meu propósito será mostrar as relações complexas – as teias – que se podem estabelecer entre esse modelo soviético de organização política e social e as tradições que se formaram na Rússia Imperial do século XIX, vertebradas por um notável conjunto de intelectuais reformistas e revolucionários.

Intelectuais: um conceito problemático

Não vou retomar toda uma discussão a respeito do conceito de intelectuais, muito discutido e discutível, e a respeito do qual se tornou impossível construir um consenso, tal a disparidade de propostas interpretativas (cf. Reis, 2000: 11-34). Tentarei apenas esclarecer os conceitos e as premissas que me orientam e a partir das quais construirei os argumentos que se seguem.

No presente texto são concebidos como intelectuais aqueles(as) que formulam propostas gerais para a sociedade, independentemente da origem social ou da função que exercem em cada momento. A escolha dessa trilha nada mais é do que a retomada do termo na sua acepção original, quando surgiu, no âmbito do *affaire* Dreyfuss, em 1898, na França.¹⁴ É uma opção defensável e operacional, o que basta para um conceito ser escolhido.

O problema espinhoso, já observado por mim em outros textos, é que grande parte dos estudos a respeito dos intelectuais, fazendo ou não a referida escolha, toma como base, e objeto, as sociedades capitalistas desenvolvidas, democráticas, vertebradas por uma sociedade civil ativa, organizada, uma tradição relativamente estruturada de debates contraditórios, numa atmosfera de liberdades que, apesar das imperfeições e carências, garante certos direitos básicos de expressão e de manifestação, controlados por instituições jurídicas relativamen-

te autônomas, onde se afirmam a autonomia coletiva e a autonomia individual (cf. Todorov, 2002: 15-60).

Foi nesse quadro que surgiram os intelectuais na acepção contemporânea do termo, homens e mulheres que formulavam propostas, e estimulavam e participavam de debates de grandes questões que diziam respeito ao passado, ao presente e ao futuro das sociedades em que viviam.

Ora, as características de tais sociedades, que A. Gramsci (1989) chamou de *ocidentais*, não se reproduzem, nem poderiam se reproduzir em todas as latitudes. É todo um outro clima que prevalece nas sociedades que o mesmo autor chamou de *orientais*. Nessas outras sociedades, entre as quais destaca-se evidentemente o Império tsarista, que constitui um autêntico paradigma, o que se observa, ainda na mesma linha de interpretação do autor sardo, é, salvo conjunturas muito precisas e delimitadas no tempo, uma atmosfera de opressão e de repressão, onde desponta um Estado forte, estruturante, regulador, embora não todo poderoso como imaginavam seus dirigentes e corifeus, além de muitos dos estudiosos do assunto.¹⁵

É um equívoco imaginar que essas sociedades, muito menos a russa, são *gelatinosas*, como chegou a indicar Gramsci: aí já não posso acompanhá-lo. Elas se estruturam, ao contrário, em culturas e tradições políticas específicas, com grande força e consistência histórica, mas seus canais de expressão são distintos daqueles que aparecem nas sociedades *ocidentais*, e precisam ser estudados e compreendidos em sua especificidade.¹⁶ Nessas circunstâncias, surgem intelectuais também específicos, que chamaríamos, coerentes com a *démarche* gramsciana, de *intelectuais orientais*. Historicamente, e em particular na Rússia, destacam-se duas categorias de intelectuais orientais, com claras propostas para a sociedade: os *intelligenti* e os *intelectocratas*.

A respeito dos *intelligenti* há uma vasta literatura. O termo, de origem latina mas construído na Rússia, de onde se disseminou para o mundo (cf. Malia, 1971: 23-46), embora como conceito seja objeto de questionamento (cf. Confino, 1991: 389-422), é também defensável, e não poucos sustentam sua adequação e pertinência.¹⁷ A derrota histórica de suas propostas, como não poucas vezes acontece, não foi suficiente para afastar a curiosidade e o interesse de publicistas e historiadores. Ao contrário, incentivou uma e outro, contribuindo para consolidar toda uma mitologia a respeito da trajetória desses intelectuais.

Quanto aos *intelectocratas*, ao contrário, são muito pouco estudados, a meu ver injustamente, pois sua relevância, em termos históricos, dificilmente pode ser questionada. Não se investiram da aura, ou da épica, dos *intelligenti*, mas, apesar do relativo desprezo com que foram aquinhoados pela historiografia, suas propostas na época tiveram uma efetividade bastante considerável, para

dizer o mínimo, e é minha hipótese que suas teses seriam mais tarde devidamente redefinidas, retomadas no âmbito do próprio socialismo soviético.

Examinemos um pouco mais de perto a contribuição e o papel de *intelligenti* e intelectocratas, inclusive verificando diferenças e semelhanças entre suas concepções e propostas.

A saga da intelligentsia russa: as figuras de Alexandre Herzen e de Nicolau Tchernychevski

A saga dos *intelligenti*, sobretudo entre os anos 40 e 80 do século XIX, incendiou as imaginações, dentro e fora da Rússia, constituindo-se, em consequência, e como já se disse, ampla e fecunda historiografia a respeito do assunto.¹⁸ Marginalizados e perseguidos pelo Estado, aprisionados, condenados, exilados, assassinados, a dedicação às propostas que formularam suscitaram admiração em toda parte. *Desperados*, não raro, mas sempre esperançosos nas potencialidades e instintos salvacionistas do povo, fiéis a suas convicções, tornaram-se emblema, símbolo, lenda, mito, os *narodnikis* russos, com seu sentido do *dever* e o apelo revolucionário às massas, envolvidos em luta intransigente e sem quartel contra o Estado tsarista.¹⁹

Em meio às controvérsias existentes, surgiram e ainda surgem muitas possibilidades de conceber a trajetória da *intelligentsia* russa, os marcos que a balizam, as tendências que a constituem, os propósitos e programas, as formas de luta e de organização.

Na pesquisa que desenvolvo, sugiro a formação de antecedentes desde fins do século XVIII e inícios do século XIX e, ao contrário de um certo senso comum, sustento que é possível e pertinente continuar empregando o termo até a irrupção das revoluções russas (cf. Reis, 2001: 151-170). E proponho a caracterização de duas grandes vertentes estruturantes do percurso da *intelligentsia* ao longo do século XIX: a vertente revolucionária, igualitária e autoritária, cujo arquétipo proposto é N. Tchernychevski, e a vertente reformista, libertária e democrática, emblematicamente personificada por A. Herzen.

As duas vertentes compartilham muitas referências comuns, e essenciais. Rejeitam a modernidade ocidental, sobretudo o individualismo excessivo e seus correlatos, considerados inevitáveis: culto ao sucesso individual e ao mercado auto-regulado, desprezo pelos valores comunitários, fundados numa certa idéia de solidariedade e bem comum. Celebram as virtualidades alternativas das tradições rurais russas e suas instituições comunitárias – o *mir* e a *obschina*, de onde poderá provir um socialismo agrário, estruturado numa federação de comunas rurais. É certo que dialogam com as propostas socialistas ocidentais,

mas a apropriação é sempre muito seletiva, na medida em que o mundo ocidental, no seu conjunto, é analisado como exaurido e incapaz de oferecer uma proposta de prosperidade e justiça para a humanidade.²⁰ Finalmente, seria importante sublinhar que, embora valorizando tradições comunitárias ancestrais, não podem ser caracterizadas como *arcaizantes*.²¹ Olham para o futuro na perspectiva da modernidade, mas de uma *modernidade alternativa*.

Examinemos agora mais de perto cada uma dessas tendências, avaliando suas especificidades e o impacto de sua contribuição na história da Rússia.

N. Tchernychevski: revolucionários, igualitaristas e autoritários

No contexto da *intelligentsia* russa, muito cedo decantou-se uma tendência revolucionária, igualitarista e autoritária, que iria, sobretudo a partir dos anos 60 do século XIX, firmar-se com grande força. Revolucionária, por não acreditar em mudanças parciais, propostas pelo Estado ou por seções esclarecidas das elites, de implementação gradual, ou sucessiva, negociada, passando pela conciliação dos interesses contraditórios. Ao contrário, a vertente revolucionária caracteriza-se pela convicção de que a sociedade carece de mudanças radicais, que só poderiam ser promovidas por rupturas drásticas, único meio de abrir perspectivas de prosperidade e de justiça para a Rússia.

As circunstâncias das reformas sociais e políticas empreendidas nos anos 60 e 70, ou uma certa leitura da insuficiência dessas reformas, levaram a maior parte da *intelligentsia* à descrença em processos reformistas e, em consequência, à radicalização política, ao horizonte da revolução.

O que estrutura basicamente a proposta revolucionária é a perspectiva de construir uma sociedade socialmente justa, informada, conforme já se disse, pelas referências igualitaristas, ainda presentes, segundo os revolucionários, nas profundas tradições do campesinato russo, materializadas nas estruturas sociais da comuna rural russa (o *mir*) e em suas instituições comunitárias (a *obshchina*). Trata-se, portanto, em consideração às especificidades russas, de um socialismo agrário, apoiado principalmente no *mujik*, suas tradições e universo cultural.

A revolução haveria então de realizar-se pela violência, cujo desencadeamento deveria ser minuciosamente preparado e organizado pelas contra-elites revolucionárias e/ou aguardado por uma irrupção inevitável das massas desesperadas, acoissadas pela exploração e pela opressão. Não será possível, em qualquer caso, considerando-se a completa inexistência de liberdades na Rússia tsarista e a atmosfera sufocante de opressão e censura, desenvolver um processo de debate e de convencimento na esfera pública, que, a rigor, sequer existe. Assim, a revo-

lução não será fruto de uma decisão amadurecida e aferida no livre jogo das instituições autônomas e das opiniões contraditórias, mas produto da determinação e da organização (contra-elites revolucionárias) associadas à irrupção insurrecional, súbita, maciça e necessariamente violenta das massas.

Neste sentido, em virtude de não passar por um processo de discussão e decisão democraticamente aferida, segundo padrões que vão se estruturando e consagrando na Europa ocidental, e por ser violenta, a revolução será inevitavelmente autoritária, embora muitos recusem essa (des)qualificação, por entenderem que o fato mesmo da participação maciça das massas, indispensável ao êxito, assegura um caráter popular e democrático ao processo, garantido de resto pelas instituições tradicionais do campesinato.²²

Nicolau G. Tchernychevski (1828-1889) tornou-se o emblema dessa tendência revolucionária, não apenas por assumir integralmente seus postulados e propostas, mas também por ter sido um dos seus mais completos elaboradores, podendo-se destacar duas contribuições teóricas particularmente importantes: a de propor a fusão da ciência com a política, tornando-se um líder do *cientificismo político* (cf. Tchernychevsky, 1953: 49-135), e a de propor a fusão política da vida pública com a vida privada, na perspectiva da criação e da construção do *homem novo* (cf. Tchernychevsky, 2000). A primeira concepção, importando para a dimensão política os pólos antagônicos do *verdadeiro* e do *falso*, típicos do conhecimento científico comum ao século XIX, apoiado em premissas deterministas que negam a possibilidade de existência de diferentes alternativas, reconhecidas como potencialmente válidas, imprimiria uma dinâmica autoritária ao debate político. Numa outra dimensão, a fusão entre público e privado desencadearia exigências e tensões de difícil incorporação pelos mortais comuns, reservando-se o pleno cumprimento de seu programa apenas a elites necessariamente restritas. Essas referências, portanto, cada uma a seu modo, tenderiam a conformar um pensamento revolucionário autoritário.

Sem subestimar a obra política de Tchernychevski, incontornável no oitocentos russo, não se poderia deixar também de sublinhar, talvez com igual ênfase, a sua trajetória pessoal, um autêntico *manifesto político*, mais impactante, talvez, do que a maior parte seus escritos, de difícil e entediante leitura.

Preso em 1862, peregrino de várias cadeias e exílios até à morte, em 1889, recusando-se sempre a conciliar com as propostas de negociação do Estado – disposto, em determinado momento, a conceder-lhe a liberdade no exílio em troca de uma declaração de arrependimento –, terá assumido na vida pessoal, como os personagens de sua ficção, as conseqüências das opções preconizadas e realizadas. E o fez com uma tenacidade e uma perseverança excepcionais, quase sobre-humanas, figurando como arquétipo na galeria de *anjos vingadores*,²³ revolucio-

nários devotados de corpo e alma aos objetivos colimados, ascetas de um determinado ideário, prontos ao supremo sacrifício pela causa maior que os transcendem e dá sentido à vida que escolheram.

Alexandre Herzen: liberdade, reforma e democracia

Na trajetória da *intelligentsia*, entretanto, constituiu-se um outro veio, também partidário de mudanças radicais, mas inquieto em relação aos efeitos destruidores que poderiam advir da irrupção necessariamente violenta da onda revolucionária.

Alexandre Herzen foi, sem dúvida, a figura mais influente dessa vertente, que teve seu momento forte nos anos que precederam as grandes reformas dos anos 60 e 70 do século XIX russo. Brilhante pensador e escritor, um dos maiores de seu tempo, com escrita e verve fluentes e sedutoras.²⁴ A abolição da servidão, em 1861, viga mestra das demais reformas empreendidas no período, pelas decepções geradas nos meios mais radicais, assinalaria o início do declínio de sua influência e de tudo o que representava.

Compartilhava o universo comum das expectativas messiânicas no campesinato russo e também cedo se fizera descrente em relação às possibilidades revolucionárias das sociedades ocidentais. Entretanto, embora crítico do individualismo excessivo e da *vulgaridade* da vida social presente nas grandes capitais da Europa ocidental, Herzen tornar-se-ia, com o tempo, um defensor intransigente da autonomia e das liberdades individuais. Valorizando-as acima de tudo, e também desconfiado das *utopias* que tudo prometem para horizontes longínquos, começou a perceber os perigos que as propostas revolucionárias catastróficas encerravam.

Desempenhou, nos anos 50, incessante e febril atividade revolucionária, na qual se destacaram dois periódicos organizados a partir do exílio londrino e de grande impacto político – a *Estrela Polar* e o *Sino* –, que teciam e amarravam os laços entre os inconformistas e dissidentes russos de todos os bordos, vivendo no interior do Império ou no exílio, assim como entre todos os que se interessavam pela evolução dos acontecimentos na Rússia. No processo de intensos debates e lutas políticas, Herzen amadureceu a idéia maior da fusão entre socialismo e liberdade (cf. Reis, 2003). Seria preciso alcançar aquele através desta, de preferência através de reformas, preservando sempre as liberdades, e evitando os vendavais destrutivos que se associam às revoluções.

A força dessas reflexões e dessa proposta, no entanto, como se referiu, declinaram a partir dos anos 60, e Herzen, quando morreu, em 1870, estava bastante isolado politicamente entre os setores radicais da *intelligentsia*, embora seu

prestígio continuasse intacto como intelectual e pensador, sobretudo nos meios internacionais.

Os *intelligenti*, ocupando vasto espaço de reflexão, parecem sintetizar e, mais do que isso, resumir a tradição dos intelectuais russos. Mas há uma outra vertente, bem menos estudada, mas, a meu ver, não menos importante e relevante historicamente, que chamo de *intelectocratas*.²⁵

Os irmãos Miliutin: intelectocracia, reforma e Estado

Desempenhando funções nos distintos aparelhos de Estado, os intelectocratas, ou intelectuais do poder, dirigem suas propostas para a sociedade às alturas oficiais do Império, ao próprio tsar em particular. Imaginam as reformas que propõem sendo implementadas em ordem, de cima para baixo, no estilo e segundo os procedimentos típicos das sociedades orientais. Os intelectocratas, ao contrário dos *intelligenti*, não confiam nas massas, antes desconfiam delas, e se propõem a tutelá-las. Também querem mudar a sociedade, modernizá-la, mas pelo alto, defendendo o que entendem como interesse geral através do reforçamento do Estado.

Como personagens típicos dessa tendência destacaram-se, sem dúvida, no contexto dos anos 60-70, as figuras dos irmãos Dmitri Miliutin (1816-1912) e Nicolau Miliutin (1818-1872),²⁶ acusados pelas forças conservadoras, temerosas e avessas a qualquer tipo de mudança, como líderes de um *partido vermelho*, que teria se infiltrado solertemente nas alturas do Estado e mesmo no interior da Corte Imperial.

Os Miliutin eram reformistas, estatistas, nacionalistas e autoritários. O programa de reformas que elaboraram e tentaram implementar compreendia a abolição radical da servidão, com atribuição da terra aos camponeses sem indenização aos nobres proprietários de terra, realizada, afinal, em fevereiro de 1861, alcançando mais de 20 milhões de servos, mas sem a radicalidade almejada pelo *partido vermelho*; reformas nos estatutos das cidades e dos municípios urbanos, realizada progressivamente entre 1846-1870, desembocando na criação de parlamentos municipais, as *dumas*; reformas nos estatutos do poder local (1861) e criação dos *zemstva* (1864), com impacto descentralizante e eficaz do ponto de vista da administração em geral, mas, nesse caso particular, com resultados ambíguos do ponto de vista do reforçamento do Estado central; reforma da educação, considerada o principal fator de promoção social e de emancipação da Rússia do atraso e da barbárie, com destaque para a autonomia das universidades (1863) e o estatuto do ensino médio (1864); reforma da Justiça e do aparelho judiciário: lei

igual para todos e fim dos privilégios (*zakanoost*) com instauração do júri, com direito ao contraditório e à publicidade dos processos (*glasnost*); reforma dos aparelhos militares, com adoção da conscrição militar (1874), reorganização das escolas militares (1863), reorganização administrativa e territorial do exército (1862-1864) e reequipamento técnico, de modo a melhorar a capacidade de intervenção interna e externa do Estado autocrático; e, finalmente, reforma da maquinaria burocrática: guerra sem quartel à corrupção, à centralização, ao segredo; por uma administração dinâmica, tecnicamente competente e informada.

Algumas referências regiam o programa: a nação como um todo orgânico, cujos interesses deveriam primar sobre os das classes e setores particulares; a idéia de que o Estado exprimia os interesses da nação, devendo por isso mesmo ser reforçado, recusando-se, em conseqüência, qualquer limitação ao poder do autocrata; uma ética a serviço do Estado; combate aberto aos privilégios da aristocracia e de outras classes consideradas *egoístas*; leis aplicáveis para todos, salvo para o tsar, reforçando-se assim o princípio da autocracia; desconfiança em relação à participação das amplas massas – elas deveriam ser, em toda uma primeira fase histórica, instruídas e educadas, para ganhar condições de efetiva participação nos negócios de interesse geral.

As reformas tinham um sentido claro: modernizar a Rússia, mas fora dos padrões do capitalismo liberal ocidental, considerado estranho às suas tradições e história, e nocivo a seus interesses como Estado e nação. Os objetivos dos intelectocratas eram fortalecer o Estado, à custa dos chamados interesses particulares e egoístas, e assegurar, de forma lenta, controlada e ordeira, um processo de promoção social, baseado na educação, capaz de reconferir à Rússia a força, a grandeza e a importância perdidas no cenário internacional.

Contrariando amplos e tradicionais interesses arraigados na sociedade, mas editadas *pelo alto*, sem participação organizada dos *de baixo*, as reformas acabaram fortemente condicionadas pelas pressões das elites e classes dominantes que levaram o tsar, muitas vezes, a intervir e a desfigurar projetos elaborados pelas comissões especializadas, em que, não raro, predominavam as articulações e elaborações da intelectocracia.

Assim, em muitas oportunidades, como no caso emblemático, mas de modo nenhum único, da abolição da servidão, o projeto finalmente aprovado foi um híbrido, um meio termo, onde era possível perceber, ao mesmo tempo, as intenções dos intelectocratas, as hesitações do tsar e a firme resistência dos que se viam atingidos em seus interesses tradicionais.

Os camponeses seriam emancipados, mas nem todos imediatamente; com a terra, mas não com toda a terra, nem com as melhores, e as teriam como propriedade comunal, e, mais importante, e mais terrível para os *mujiiks*, seria ne-

cessário pagar por elas preços escorchantes, em pesadas e longas prestações, abolidas apenas mais de 40 anos depois, e após uma revolução social de grande envergadura, a de 1905. Os nobres também não se consideraram contemplados, pois perderam riqueza, força, prestígio. Nos anos seguintes, e no futuro, jamais conseguiriam recuperar as posições anteriores. Uma derrota histórica. A autocracia, de fato, foi a grande vencedora, projetando-se fortalecida. Neste sentido, prevaleceram as idéias dos intelectocratas.

Colocadas em perspectiva histórica, as reformas empreendidas em meados do século XIX no império russo distinguiram-se pelo fato de que modernizaram a economia e a sociedade sem aprofundar estruturas tradicionais, paradoxo registrado em relação às reformas de Pedro e Catarina (séculos XVII e XVIII). Não foi pouco, nem irrelevante.

As críticas da *intelligentsia*, na época, formuladas tanto por radicais (N. Tchernychevsky) como por reformistas (A. Herzen), e retomadas mais tarde pela tradição revolucionária e pela historiografia soviética, insistiriam na caracterização das reformas como *farsa*, exprimindo e dando voz a um sentimento de frustração social que explodiria em forma de revoltas localizadas em vários cantos do Império, mas que, ao contrário das expectativas de muitos revolucionários, não se transmudou em guerra camponesa revolucionária. Em resumo: se houve insatisfação, e mesmo frustração, isso não foi suficiente para provocar abalos sistêmicos, revolucionários, em grande escala. Como se as insuficiências tivessem sido registradas, mas não fossem consideradas maiores ou mais importantes que os ganhos, simbólicos e materiais, proporcionados pelas reformas. Um êxito para as reformas e para os reformistas.

Do ponto de vista de alguns historiadores liberais norte-americanos, especialistas em estudos a respeito do que chamo de intelectocracia – embora não empreguem o termo –, as reformas também não deixaram de ser apresentadas como decepcionantes, por não terem sabido avançar em termos políticos. Assim, não teria tomado corpo uma dinâmica liberal que, no limite, gerou impasses que, por sua vez, desembocariam... na Revolução de 1917. Uma leitura bastante retrospectiva, como se vê, já que se pode argumentar que esta última revolução foi produto de uma outra conjuntura histórica, de uma outra aventura guerreira, de uma outra crise histórica.²⁷

Neste debate, tendo mais a acompanhar a apreciação de Seton-Watson, quando fez a comparação entre a abolição dos escravos nos EUA e a abolição da servidão na Rússia. No primeiro caso, os escravos foram emancipados, mas depois de uma catastrófica guerra civil, e sem terra. Já na Rússia, não houve guerra civil, e os servos foram libertados (não totalmente, é verdade, pois permaneceriam ainda como “cidadãos de segunda classe”; mas não se poderia dizer o mesmo dos negros norte-americanos emancipados?) com terra, apesar das restri-

ções, dos limites da.

De um determinado ângulo, e face aos imperativos do tempo, o Estado russo, com as reformas, soube enfrentar com sucesso as crises dos anos 50-60, e as superou, conjurando os ventos revolucionários e abrindo horizontes de modernização para o Império. E de uma modernização alternativa, distinta dos padrões ocidentais liberais. Um triunfo inquestionável, vale insistir, das propostas dos intelectocratas.

Não se pode esquecer que o tsar e o tsarismo ganharam então cerca de meio século de sobrevida. Considerando o famoso adágio de Keynes, de que em 40 anos estaremos todos mortos, além da profunda crise e das difíceis condições em que se encontrava o Império, não se pode negar que houve ali, independentemente de juízos de valor, uma superação histórica de entraves, gerando, em certo sentido, as condições para um recomeço.²⁸

*A Rússia do século XIX e as vias para modernidades alternativas: reflexões sobre o significado histórico das propostas de *intelligenti* e intelectocratas*

Intelligenti e intelectocratas, como se pode constatar, para além de diferenças substantivas, compartilharam não poucas referências comuns, que assombrariam, de formas distintas, as elites sociais e políticas do século em que viveram.

Recusaram os padrões da modernidade ocidental, capitalista e liberal, que se estruturava então basicamente na área da Europa ocidental e nos EUA com seus valores produtivistas, quantitativistas e tecnicistas, promotores de fenômenos considerados negativos e deletérios, como o desenraizamento e o desencantamento do mundo, o culto vulgar e *desumanizador* da mercadoria e do mercado auto-regulado, do individualismo exacerbado, conduzindo à desagregação das tradições comunitárias e estamentais e, no caso das sociedades extra-européias, das identidades nacionais e históricas.²⁹

Distinguindo-se das propostas *arcaizantes*, representadas no quadro do Império tsarista pelas tendências eslavófilas e pan-eslavistas, olhavam para o futuro, imaginando e propondo vias alternativas de modernidade, consideradas mais aptas para as condições específicas da sociedade russa (*intelligenti*) e/ou do Estado russo imperial (intelectocratas).

Suas contribuições, de impacto desigual, e sujeitas até os dias de hoje a muitas controvérsias, desempenharam inegável papel histórico. No caso das propostas de reforma pelo alto, formuladas pelos intelectocratas, tiveram eficácia política relativamente alta na grande conjuntura da segunda metade do sécu-

lo XIX russo, afastando os ventos de instabilidade e questionamento da ordem que sopravam com força nos perigosos anos 50 e 60. Posteriormente, na construção do socialismo soviético, sugiro a hipótese de que, em suas grandes linhas (estatismo, nacionalismo, autoritarismo, reformismo pelo alto), longe de terem sido superadas, seriam ao contrário retomadas, numa escala gigantesca e demencial, que os irmãos Miliutin não haveriam de ter imaginado, no âmbito da revolução pelo alto de fins dos anos 20 do século passado, quando o partido bolchevista, liderado por Stalin, promoveu, sob ditadura política e revolucionária, a coletivização forçada e a industrialização acelerada e concentrada que seriam, até o fim, os grandes pilares do socialismo soviético.

No plano histórico e internacional, tais parâmetros surgem como paradigmáticos do ponto de vista de um conjunto de experiências reformistas e modernizantes, pelo alto, empreendidas em variadas regiões do mal chamado terceiro mundo, sempre críticas ao mercado auto-regulado e a suas virtualidades positivas.

Numa outra dimensão, as tradições revolucionárias da *intelligentsia* também aparecem como emblemáticas, e não apenas para a própria história russa.

N. Tchernychevski, embora preso, tolhido e morto-vivo nos exílios sem fim, teria suas obras recitadas em prosa e verso, literalmente decoradas pelos revolucionários russos de todos os bordos. A tradição de *anjos vingadores*, mais que dedicados, devotados à *causa suprema*, intransigentemente comprometidos a promover, onde as circunstâncias permitissem, e mesmo apesar delas,³⁰ os necessários *assaltos aos céus*, de resto considerados inevitáveis no quadro do *cientifismo político*, marcaria uma rica e diversa galeria de líderes revolucionários: Lenin, Stalin, Mao, Guevara, para ficar apenas com os mais destacados – para além das diferenças entre eles, como não reconhecer em sua trajetória o selo dos personagens do *Que Fazer?* de Tchernychevski? No solo quente da história suas propostas poderiam também ser encontradas e registradas na irrupção impiedosa das massas desesperadas das grandes revoluções do século XX.

Já o socialismo com liberdade de Herzen, desconfiado das fulgurantes utopias, encontraria também momentos fortes, mas fugazes, nas revoluções russas de 1905 e 1917, como uma promessa que parecia se realizar, pisca-piscando enquanto foi possível fazer coexistir a liberdade e a revolução. Cedo a promessa decantou-se, enterrada viva pelas exigências da guerra civil, pelo massacre de Kronstadt em 1921 e, um pouco mais tarde, pela revolução pelo alto de fins dos anos 20, que forjaria o modelo socialista soviético.

Não voltaria a se reatualizar, salvo como referência, como perspectiva anelada, um contraponto, e um desafio para o socialismo a ser reinventado neste século que mal se inicia.

Notas

1. Cf. Karl Marx, *Manifesto comunista*, e Berman (1982).

2. Para uma obra coletiva e compreensiva a respeito do liberalismo e das propostas liberais inglesa, estadunidense e francesa, cf. Bernstein (1998).

3. Processo histórico iniciado desde os séculos XV-XVI, discutido com pertinência e originalidade (embora eu não concorde com o conjunto de suas referências e conclusões) por Berman (1982: 15-35).

4. Numa análise mais acurada, percebe-se que foram autênticas *revoluções culturais*, alcançando suas mutações dimensões bem mais profundas e complexas que a expressão *revolução industrial* pode abarcar.

5. No quadro das próprias grandes revoluções dos séculos XVII e XVIII (inglesa, americana e francesa), surgiram já as denúncias contra o processo de (re)instauração das desigualdades sociais.

6. Embora, em fases de prosperidade, as sociedades capitalistas fossem capazes de integrar na produção e na sociedade, e em larga escala, os trabalhadores. Cf. o estudo clássico de B. Moore sobre a injustiça, onde se evidencia a evolução da *integração* ao sistema político e econômico de importantes seções da classe operária, com impacto na trajetória da socialdemocracia alemã.

7. Cf. o estudo clássico de Thompson, em que se mostra que as tentativas de formação de associações de tipo sindical eram constantemente desqualificadas e combatidas pelas forças conservadoras como se fizessem parte de propósitos *arcaizantes*, interessados em restaurar corporações medievais... Também se dizia

delas, e não apenas na Inglaterra, que eram atentados à liberdade recentemente conquistada...

8. E. Bernstein, dirigente político e teórico da social-democracia alemã, em apoio a suas teses *revisionistas*, percebeu com acuidade que o proletariado industrial deixara uma posição de marginalidade para alcançar, gradativamente, a condição de cidadania (cf. Bernstein, 1974 [1899]).

9. Cf. o otimismo revolucionário de K. Marx no *Manifesto comunista*.

10. O caso clássico da Índia, *desindustrializada* no quadro da dominação britânica, também se verificou no sul da China, no Vietnã, entre outros exemplos que poderiam ser mencionados.

11. A tradicional análise sobre as chamadas resistências *primárias*, consideradas em bloco como *arcaizantes*, está sendo revista pela historiografia proveniente do mundo *dependente*. Cf., entre muitos exemplos, as reflexões da historiografia chinesa pós-revolucionária sobre os Taiping e os Boxers. No Brasil, destaque-se Schermann (2005: 211-234).

12. O otimismo revolucionário em relação ao potencial uniformizador do capitalismo internacional cedo se decantaria. Das formulações de L. Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado à teoria da dependência, nos anos 60 do século passado, amadureceu a análise de que o fosso entre desenvolvidos e periferia se aprofundaria com o tempo, em vez de diminuir.

13. Tema geral do seminário de pós-graduação oferecido por mim no

primeiro semestre de 2005 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFF e que estrutura o atual e o próximo projeto de pesquisa que desenvolvo sob os auspícios do CNPq.

14. A partir da publicação do famoso manifesto *J'accuse*, de E. Zola, e dos abaixo-assinados subsequentes, em solidariedade, os conservadores reagiram *inventando*, com uma conotação pejorativa, o termo *intellectual*, logo recuperado, e positivamente, pelos signatários dos manifestos em favor de Dreyfuss (cf. Sirinelli, 1990: 29-51).

15. Nos estudos que supervalorizam o papel do Estado, é conhecida a história do conceito de totalitarismo, que se metamorfoseou de “celebração”, no âmbito do fascismo, a “maldição”, na crítica ao nazismo e ao socialismo soviético. Importaria apenas sublinhar as diferenças entre as formulações de H. Arendt, nuançadas e ponderadas, e seus corifeus, mais (F. Furet) ou menos sofisticados (Schapiro e Pipes), guerreiros da guerra fria contra o *império* comunista.

16. Ver Lewin (1985), sobretudo a Parte I, “The rural ways: mores and magic”, p. 49-90; e Raeff (1982).

17. Cf. Raeff (1966) e o debate travado na revista *Daedalus*, cujo número relativo ao verão de 1960 foi inteiramente consagrado à problemática da *intelligentsia* russa, com artigos de M. Malia, L. Schapiro e R. Pipes, entre outros.

18. Cf. Berlin (1988: 214-240) e o debate empreendido por F. Venturi no prefácio da tradução francesa de sua obra (cf. Venturi, 1972).

19. Cf. a obra clássica a respeito da tradição do populismo russo: Venturi (1972).

20. Desde junho de 1848, após a derrota da insurreição de Paris, e nos anos seguintes, quando a chamada Primavera dos Povos configurou-se como etapa vencida, Herzen e os revolucionários russos em geral se desencantaram com a revolução nos países ocidentais, onde teriam triunfado as malditas “mesquinharia, bestialidade e estupidez” (cf. Herzen, 1870: 159).

21. Distinguem-se assim da tradição eslavófila. Para a compreensão desta, cf. Riasanovsky (1952) e Walicki (1979: 92-114). Entre os autores eslavófilos que mais defendiam a liberdade primordial da Comuna Russa, cf. Samarin (1864).

22. Há toda uma interessante discussão sobre o caráter autoritário ou libertário das instituições tradicionais russas, digladiando-se nesse terreno as interpretações liberais e eslavófilas.

23. Designação semelhante foi proposta por Guillermprieto (2001: 72-86), embora me apresse em esclarecer que não compartilho a perspectiva geral de análise da autora.

24. Reconhecido como um dos maiores escritores russos da época por ninguém menos que Tolstoi, V. Hugo e Michelet (cf. Berlin, 1988: 192-213).

25. O conceito já foi empregado, mas é num outro sentido que o retomo, designando os intelectuais que, exercendo o poder de Estado, elaboram propostas gerais para a sociedade. Para o estudo da intelectocracia e dos intelectocratas, assim concebidos, cf. Lincoln (1971: 410-421 e 1990) e Eklof, Bushnell e Zakharova (1994).

26. Sobre D. Miliutin, cf. *Tomsk*, de Vospominaniia (1919) e Miller (1968). A respeito de N. Miliutin, cf. Lincoln (1977).

27. W. Bruce Lincoln retoma este argumento na conclusão de sua biografia sobre N. Miliutin (Lincoln, 1977: 101-ss).

28. A polêmica a respeito do impacto e significado históricos das reformas teve início desde a conjuntura em que elas foram editadas. Os argumentos dos revolucionários (Tchernychevsky e Herzen, entre outros), caracterizando as reformas como completamente insuficientes e mesmo como um engodo ou uma farsa, seriam, mais tarde, retomados pela historiografia soviética. Historiadores

norte-americanos, como W. Bruce Lincoln, por um outro ângulo, formulariam igualmente reparos fundamentais às reformas, consideradas “incompletas”, ou insuficientes.

29. Ver Lowy e Sayre (1995: 321 e 323), que atribuem essas críticas aos autores românticos.

30. Como na frase antológica e irônica muito prezada pelos revolucionários dessa vertente, apreciada por V. Lenin e tantos outros: “Se os fatos não correspondem às nossas propostas, pior para os fatos”.

Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. 1988. *Pensadores russos*. São Paulo, Companhia das Letras.

BERMAN, M. 1982. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

BERNSTEIN, E. 1974 [1899]. *Les présupposés du socialisme*. Paris, Seuil.

BERNSTEIN, S. (org.). 1998. *La démocratie libérale*. Paris, Puf.

CARDOSO, Ciro Flamarion. S.d. “No limiar do século XXI”, em REIS, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs.). *História do século XX*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 249-275.

CONFINO, Michael. 1991. “Idéologies et mentalités: intelligentsia et intellectuels en Russie aux XVIIIème-XIXème siècles”, em *Sociétés et mentalités collectives en Russie*

sous l’Ancien Regime. Paris, IMSECO. p. 389-422.

DREIFUSS, R. 1997. *A época das perplexidades. Mundialização, globalização, planetarização: novos desafios*. Petrópolis, Vozes.

DROZ, J. 1974. *L’histoire générale du socialisme, de 1875 à 1918*. Paris, Puf.

EKLOF, Ben, BUSHNELL, John & ZAKHAROVA, Larissa (orgs.). 1994. *Russia’s great reforms, 1855-1881*. Bloomington, Indiana University Press.

GRAMSCI, A. 1989. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GUILLERMOPRIETO, A. 2001. “Ernesto Guevara, the harsh angel”, em *Looking for history, dispatches from Latin America*. New York, Vintage Books. p. 72-86.

Os intelectuais russos e a formulação de modernidades alternativas

- HERZEN, A. 1870. *De l'autre rive*. Genève.
- LEWIN, M. 1985. *The making of the soviet system*. New York, Pantheon Books.
- LINCOLN Bruce. 1977. *Nikolai Miliutin, an enlightened Russian bureaucrat of the 19th century*. Newtonville, Mass., Oriental Research Partners.
- . 1990. "Russia's Enlightened bureaucrats and problems of State Reform, 1848-1856", em ———. *The great reforms: autocracy, bureaucracy and the politics of change in Imperial Russia*. Dekalb, Illinois, Northern Illinois University Press.
- LOWY, M. & SAYRE, R. 1995. *Revolta e melancolia*. Petrópolis, Vozes.
- MALIA, M. 1971. "Qué es la intelligentsia rusa?", em MARSAL, J. F. (org.). *Los intelectuales políticos*. Buenos Aires, Nueva Visión. p. 23-46.
- MILLER, F. A. 1968. *Dimitrii Miliutin and the Reforma Era in Russia*. Nashville.
- NEGROPONTE, N. 2002. *A vida digital*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PARK, David (org.). 2000. *The revolutions and the revolutionary tradition in the West, 1560-1991*. London, Routledge.
- POLANYI, Karl. 1980. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- RAEFF, M. 1966. *Origins of the Russian intelligentsia*. New York, s.ed.
- . 1982. *Comprendre l'Ancien Régime russe. État e société en Russie Impériale*. Paris, Seuil.
- REIS, Daniel Aarão. 2000. "Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução", em ——— (org.). *Intelectuais e política, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Sette Letras. p. 11-34.
- . 2001. "Entre ética e política, entre reforma e revolução: os intelectuais na longa marcha das alternativas ao capitalismo liberal", em TEIXEIRA DA SILVA, F. C., MATTOS, Hebe Maria & FRAGOSO, João. *Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. História e educação*. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj. p. 151-170.
- . 2003. "Revolução e liberdade: a trajetória de Alexandre Herzen", em *Verve, Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária*, São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, n. 3.
- RIASANOVSKY, N. V. 1952. *Russia and the West in the teaching of the Slavophiles*. Cambridge, Mass.
- SAMARIN, I. 1864. *Krestianskoe camaupravlenie*. Moskva.
- SCHERMANN, Patrícia Teixeira Santos. 2005. *Fé, guerra e escravidão: cristãos e muçulmanos face à Mahdiyya no Sudão*. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado).
- SIRINELLI, J. F. 1990. *Intellectuels et passions françaises*. Paris, Gallimard.
- STIGLITZ, J. E. 2002. *Globalization and its discontents*. New York, Norton.
- TCHERNYCHEVSKY, N. G. 1953. "The anthropological principle in philosophy", em ———. *Selected philosophical essays*. Moscow, Foreign Languages Publishing House. p. 49-135.
- . 2000. *Chto dielat?* Paris, Syrtes.
- TODOROV, T. 2002. *Memória do mal, tentação do bem, indagações sobre o século XX*. São Paulo, Arx.
- VENTURI, F. 1972. *Les intellectuels, le peuple et la révolution*. Paris, Gallimard.
- WALICKI, A. 1979. *A history of Russian thought*. Stanford, Stanford University Press.

(Recebido para publicação em outubro e aprovado em dezembro de 2005)

Resumo

O debate sobre o processo de modernização: uma revolução permanente? A modernidade liberal: contradições e impasses. A construção de alternativas no interior das sociedades capitalistas avançadas. As modernidades alternativas no mundo extra-europeu. As modernidades alternativas na Rússia do século XIX. O papel dos intelectuais russos: *intelligenti* e intelectocratas. A saga dos *intelligenti*. Alexandre Herzen e Nicolau Tchernychevsky: reforma, revolução, liberdade e igualdade. A proposta dos intelectocratas. Os irmãos Miliutin: reforma e Estado. A Rússia do século XIX e as vias para modernidades alternativas: reflexões sobre o significado histórico das propostas de *intelligenti* e intelectocratas.

Palavras-chave: modernidade, intelectuais russos, reforma, revolução.

Abstract

The discussion on modernization process: a permanent revolution? Liberal modernity: contradictions and impasses. Building alternative programs in advanced capitalist societies. Alternative modernities in the extra-european world. Alternative modernities in 19th century Russia. The role of Russian intellectuals: *intelligenti* and intellectocrats. The saga of the *intelligenti*. A. Herzen et N. Tchernychevsky: reform, revolution, liberty and equality. The intellectocrats' program. The Miliutin brothers: reforms and state. Nineteenth century Russia and alternative modernities: notes on the historical role of the *intelligenti* and intellectocrats' propositions.

Key words: modernity, Russian intellectuals, reform, revolution.

Résumé

Le débat sur le processus de modernisation: une révolution permanente? La modernité libérale: contradictions et impasses. La construction de programmes alternatifs à l'intérieur des sociétés capitalistes avancées. Les modernités alternatives dans le monde extra-européen. Les modernités alternatives dans la Russie du XIX^{ème} siècle. Le rôle des intellectuels russes: *intelligenti* et intellectocrates. La saga des *intelligenti*. A. Herzen et N. Tchernychevsky: réforme, révolution, liberté et égalité. Le programme des intellectocrates. Les frères Miliutin: réformes et Etat. La Russie du XIX^{ème} siècle et les modernités alternatives: remarques sur le rôle historique des propositions des *intelligenti* et des intellectocrates.

Mots-clés: modernité, intellectuels russes, réforme, révolution.